

# TEORIA GERAL DO PROCESSO

J. E.  
CARREIRA  
ALVIM

**23<sup>a</sup>**  
edição

revista,  
atualizada e  
reformulada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

*Copyright* © 2020 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Aurélio Corrêa
- Data de fechamento: 29.11.2019
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

A483t

Alvim, J. E. Carreira

Teoria geral do processo / J. E. Carreira Alvim. – 23. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8756-5

1. Direito processual civil - Brasil. 2. Processo civil - Brasil. I. Título.

19-59212

CDU: 347.91/95(81)

---

Vanessa Mafra Xavier Salgado - Bibliotecária - CRB-7/6644

1134169

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 - PROPEDÊUTICA PROCESSUAL</b> .....	<b>1</b>
1 Análise de conceitos processuais básicos .....	1
1.1 Necessidade .....	1
1.2 Bem .....	2
1.3 Utilidade .....	2
1.4 Interesse .....	3
1.4.1 Espécies de interesses .....	3
1.5 Conflito de interesses .....	4
1.5.1 Conflito subjetivo de interesses .....	4
1.5.2 Conflito intersubjetivo de interesses .....	5
1.5.3 Causas dos conflitos de interesses .....	5
1.6 Pretensão .....	5
1.7 Resistência .....	6
1.8 Lide .....	6
2 Formas de resolução dos conflitos de interesses .....	7
2.1 Autodefesa .....	7
2.1.1 Notas essenciais da autodefesa .....	8
2.2 Autocomposição .....	9
2.2.1 Característica da autocomposição .....	10
2.3 Processo e sua evolução .....	10
2.4 Processo, ação e jurisdição .....	11
2.4.1 Processo e sua origem .....	12
2.4.2 Processo e suas características .....	12
2.5 Definição de processo .....	12
3 Processo e atuação do direito objetivo .....	13
3.1 Direito objetivo ou ordenamento jurídico .....	13
3.2 Relações entre processo e direito objetivo .....	13
3.2.1 Teoria dualista do ordenamento jurídico .....	13
3.2.2 Teoria unitária do ordenamento jurídico .....	13
3.3 Atuação do direito objetivo .....	14
4 Escopo do processo .....	14
4.1 Corrente subjetivista do processo .....	15
4.2 Corrente objetivista do processo .....	15

4.3	Crítica às concepções objetivista e subjetivista .....	16
4.4	Corrente subjetivista-objetivista ou mista .....	16
	Bibliografia .....	17

## **CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO DA DOUTRINA PROCESSUAL.....** 19

1	Análise comparativa dos processos romano, germânico e comum medieval....	19
1.1	Declínio do processo romano .....	19
1.2	Processo romano-canônico.....	19
1.3	Escola dos Glosadores e Pós-glosadores .....	20
1.4	Cotejo entre os diversos tipos de processo.....	20
1.4.1	Escopo do processo.....	20
1.4.2	Função do juiz .....	21
1.4.3	Atos do juiz .....	21
1.4.4	Função da prova .....	22
1.4.5	Coisa julgada.....	22
1.4.6	Forma do processo.....	22
2	Evolução da doutrina processual.....	23
2.1	Etapas na evolução doutrinária do processo .....	23
2.1.1	Primitivismo .....	23
2.1.2	Judicialismo .....	24
2.1.2.1	Direito comum e a recepção.....	24
2.1.3	Praxismo.....	24
2.1.4	Procedimentalismo .....	25
3	Revisão científica do direito processual .....	26
3.1	Processualismo científico .....	26
3.1.1	Doutrina de Bülow e a autonomia do processo .....	26
3.1.1.1	Triunfos da doutrina de Bülow .....	27
3.2	Doutrina de Wach e a autonomia da ação .....	28
3.3	Doutrina de Degenkolb e de Plósz.....	28
3.4	Discípulos de Bülow e de Wach.....	29
3.5	Doutrina de Chiovenda e a prolusão bolonhesa .....	29
4	Autonomia e publicização do direito processual.....	29
4.1	Evolução do processo, da ação e da jurisdição .....	29
4.2	Criação de uma dogmática processual .....	30
5	Unitarismo e dualismo na ciência do processo: evolução e significação da parêmia .....	30
5.1	Unidade e dualidade do direito processual.....	30
5.1.1	Teoria unitária do direito processual.....	31
5.1.1.1	Argumentos da corrente unitarista.....	31
5.1.1.2	Argumentos da corrente dualista.....	32
6	Elaboração de uma teoria geral do processo.....	33

7	Teoria geral do processo e métodos de elaboração .....	34
7.1	Métodos de elaboração .....	34
7.1.1	Método realista ou empírico.....	34
7.1.2	Método racionalista ou silogístico .....	35
8	Tendência unificadora do direito processual e suas manifestações doutrinárias e legislativas.....	35
8.1	Unificação doutrinária do direito processual .....	35
8.2	Manifestações legislativas do direito processual unificado.....	35
9	Trilogia estrutural do direito processual: jurisdição, ação e processo .....	35
9.1	Autonomia do direito processual .....	35
9.2	Jurisdição .....	36
9.3	Ação.....	36
9.4	Processo.....	36
9.5	Trilogia estrutural do direito processual .....	37
10	Macrossistema, microsistema, sistema periférico e integração do sistema processual .....	38
10.1	Macrossistema processual, microsistemas e sistema periférico.....	38
10.1.1	Integração do sistema processual.....	38
	Bibliografia .....	39

### **CAPÍTULO 3 – PODER JUDICIÁRIO .....**

1	Poder Judiciário: estrutura .....	41
1.1	Órgãos do Poder Judiciário.....	41
1.1.1	Supremo Tribunal Federal .....	42
1.1.2	Conselho Nacional de Justiça .....	42
1.1.3	Superior Tribunal de Justiça .....	43
1.1.4	Tribunais Regionais Federais.....	43
1.1.5	Justiça do Trabalho .....	44
1.1.5.1	Tribunal Superior do Trabalho.....	44
1.1.5.2	Tribunais Regionais do Trabalho .....	44
1.1.5.3	Varas do Trabalho .....	44
1.1.5.4	Competência anômala da Justiça do Trabalho.....	45
1.1.5.5	Arbitragem na Justiça do Trabalho.....	45
1.1.6	Justiça Eleitoral.....	45
1.1.6.1	Tribunal Superior Eleitoral .....	45
1.1.6.2	Tribunais Regionais Eleitorais.....	46
1.1.6.3	Organização e competência dos juízos e juntas eleitorais.....	46
1.1.7	Justiça Militar da União.....	46
1.1.7.1	Superior Tribunal Militar.....	46
1.1.8	Justiça Estadual e do Distrito Federal.....	47
1.1.8.1	Tribunais de Justiça.....	47

1.1.8.2	Varas estaduais e do Distrito Federal.....	47
1.1.8.3	Justiça Militar Estadual .....	47
1.1.8.4	Inserção do leigo na administração da justiça .....	48
2	Organização judiciária.....	48
2.1	Conceito de organização judiciária.....	48
2.2	Organização da Justiça Federal e das justiças estaduais .....	49
2.3	Comarcas, seções, subseções e circunscrições judiciárias .....	49
2.3.1	Classificação das comarcas .....	49
2.4	Competência regional da Justiça do Trabalho e da Eleitoral.....	49
3	Unidade e duplo grau de jurisdição .....	50
3.1	Unidade ou dualidade de instâncias .....	50
3.1.1	Argumentos contrários ao duplo grau de jurisdição.....	50
3.1.2	Argumentos favoráveis ao duplo grau de jurisdição .....	50
3.2	Duplo grau obrigatório de jurisdição .....	51
4	Composição dos juízos e tribunais.....	51
4.1	Distinção entre juízo ou vara e juiz.....	51
4.2	Crítérios de composição dos juízos e tribunais.....	52
4.2.1	Juízo único em primeiro e em segundo grau de jurisdição .....	52
4.2.2	Juízo colegiado em primeiro e segundo grau de jurisdição.....	52
4.2.3	Juízo único em primeiro e colegiado em segundo grau de jurisdição.....	53
5	Crítérios de ingresso na magistratura.....	53
5.1	Eleição pelo voto popular .....	53
5.2	Livre escolha pelo Executivo.....	53
5.3	Livre nomeação pelo Judiciário .....	53
5.4	Nomeação pelo Executivo com aprovação do Legislativo .....	54
5.5	Nomeação pelo Executivo por indicação do Judiciário ou do Legislativo .....	54
5.6	Nomeação pelo Executivo por indicação do Judiciário com aprovação do Legislativo .....	55
5.7	Nomeação pelo Executivo por indicação da OAB e do Ministério Público, com a participação do Judiciário e do Legislativo.....	55
5.8	Escolha por órgão especializado.....	55
5.9	Escolha por concurso.....	55
5.10	Escolha por sorteio.....	56
6	Garantias da magistratura .....	56
6.1	Tipos de garantias outorgadas aos juízes.....	56
6.1.1	Verdadeira garantia política dos juízes.....	57
6.2	Independência jurídica dos juízes.....	57

7	Auxiliares da Justiça: conceito e classificação .....	58
7.1	Auxiliares da Justiça <i>lato sensu</i> .....	58
7.1.1	Classificação dos auxiliares da Justiça .....	58
7.1.1.1	Órgãos auxiliares permanentes .....	58
7.1.1.2	Órgãos de encargo judicial.....	59
7.1.1.3	Órgãos auxiliares extravagantes .....	59
8	Órgãos do foro extrajudicial .....	59
9	Ministério Público.....	59
9.1	Posição do Ministério Público na ordem jurídica.....	59
9.2	Prerrogativas reconhecidas ao Ministério Público .....	60
9.3	Estatuto do Ministério Público.....	60
10	Funções, garantias e estrutura do Ministério Público .....	60
10.1	Funções do Ministério Público.....	60
10.2	Natureza jurídica do Ministério Público.....	60
10.3	Garantias do Ministério Público .....	61
10.4	Estrutura do Ministério Público.....	62
10.5	Conselho Nacional do Ministério Público.....	62
10.6	Corregedoria do Ministério Público.....	62
10.7	Ingresso na carreira do Ministério Público.....	63
11	Princípios informativos do Ministério Público .....	63
11.1	Princípio da unidade e indivisibilidade.....	63
11.2	Princípio da independência funcional.....	63
12	Advocacia pública.....	64
12.1	Advocacia-geral da União .....	64
12.2	Ingresso na carreira de procurador federal.....	64
13	Advocacia privada .....	64
13.1	Natureza jurídica da advocacia.....	64
14	Defensoria Pública .....	65
14.1	Natureza jurídica da Defensoria Pública.....	65
14.2	Ingresso na carreira de defensor público.....	65
14.3	Conselho Superior da Defensoria Pública .....	66
	Bibliografia.....	66
	<b>CAPÍTULO 4 – JURISDIÇÃO.....</b>	<b>67</b>
1	Funções básicas do Estado: legislação, administração e jurisdição .....	67
1.1	Funções do Estado.....	67
1.2	Conceito de soberania estatal .....	67
1.3	Poderes da União e suas funções.....	67
2	Jurisdição e equivalentes jurisdicionais .....	68
2.1	Jurisdição e função jurisdicional .....	68
2.1.1	Conceito de jurisdição.....	68

2.2	Equivalentes jurisdicionais.....	69
3	Características da jurisdição em confronto com a legislação.....	69
3.1	Confronto entre as funções estatais .....	69
3.1.1	Jurisdição.....	69
3.1.2	Legislação .....	70
4	CrITÉRIOS de distinção entre jurisdição e administração.....	70
4.1	CrITÉRIO orgânico .....	70
4.2	CrITÉRIO formal.....	71
4.3	CrITÉRIO da diversidade de procedimento lógico.....	71
4.4	CrITÉRIO da finalidade.....	71
4.5	CrITÉRIO psicológico.....	72
4.6	CrITÉRIO de acertamento do direito .....	72
4.7	CrITÉRIO da natureza do interesse protegido.....	72
4.8	CrITÉRIO da sanção .....	72
4.9	CrITÉRIO da substituição de atividade .....	73
4.9.1	Característica da jurisdição: Chiovenda .....	73
4.9.2	Distinção entre jurisdição e administração .....	73
4.10	CrITÉRIO da exclusão.....	74
5	Caracterização do ato jurisdicional.....	74
5.1	Características do ato jurisdicional: Couture .....	74
5.2	Formas externas do ato jurisdicional.....	74
6	Elementos da jurisdição e poderes jurisdicionais .....	75
6.1	Elementos da jurisdição segundo a doutrina clássica.....	75
6.2	Elementos da jurisdição para a moderna doutrina.....	76
6.2.1	Poder de decisão.....	76
6.2.2	Poder de coerção .....	76
6.2.3	Poder de documentação.....	76
7	Princípios fundamentais da jurisdição .....	77
7.1	Princípio da investidura .....	77
7.2	Princípio da aderência ao território.....	77
7.3	Princípio da indelegabilidade .....	78
7.4	Princípio da indeclinabilidade.....	78
7.5	Princípio do juízo natural.....	78
7.6	Princípio da inércia .....	79
7.7	Princípio do acesso à justiça .....	79
7.8	Princípio da <i>nula poena sine iudicio</i> .....	79
8	Extensão da jurisdição .....	80
8.1	Limites da jurisdição.....	80
8.2	Paralelismo entre legislação e jurisdição.....	80
8.3	Fórmula da nacionalização do direito estrangeiro.....	80



9	Jurisdição e suas divisões.....	81
9.1	Jurisdição e soberania estatal.....	81
9.2	Classificação da jurisdição .....	81
9.2.1	Quanto à gradação .....	81
9.2.2	Quanto à matéria.....	81
9.2.3	Quanto à origem.....	81
9.2.4	Quanto aos organismos judiciários .....	82
9.2.5	Quanto à forma .....	82
10	Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária: visão teórica .....	82
10.1	Jurisdição voluntária para Chiovenda .....	83
10.2	Importância da distinção entre as duas jurisdições .....	83
10.3	Critérios distintivos das jurisdições contenciosa e voluntária .....	84
10.3.1	Critério da contenciosidade da relação jurídica .....	84
10.3.2	Critério da coação .....	84
10.3.3	Critério da repressão e da prevenção.....	84
10.3.4	Critério do escopo constitutivo da jurisdição voluntária .....	84
10.3.5	Síntese das duas jurisdições .....	85
11	Tese revisionista do conceito de jurisdição voluntária .....	86
11.1	Processo contencioso e processo voluntário.....	86
11.1.1	Ausência de litígio ou controvérsia.....	86
11.1.2	Ausência de contraparte.....	86
11.1.3	Ausência de demanda.....	86
11.1.4	Jurisdição voluntária é atividade jurisdicional.....	87
12	Jurisdição e arbitragem .....	87
12.1	Existência de jurisdição na arbitragem.....	87
12.2	Existência de processo arbitral .....	88
12.3	Arbitragem no novo Código de Processo Civil.....	88
12.4	Princípio da colaboração na arbitragem .....	88
13	Resolução consensual dos conflitos .....	89
13.1	Conciliação e mediação .....	89
	Bibliografia .....	89
	<b>CAPÍTULO 5 – COMPETÊNCIA.....</b>	<b>91</b>
1	Competência: conceito e relações com a jurisdição.....	91
1.1	Competência como medida da jurisdição.....	91
1.2	Distinção entre juízo e juiz.....	92
2	Limites e delimitação da jurisdição no espaço .....	93
2.1	Extensão da jurisdição .....	93
2.2	Princípio da efetividade.....	93
2.3	Competência externa e competência interna .....	93

3	Competência interna.....	94
3.1	Critérios de determinação da competência .....	94
3.1.1	Sistema de determinação da competência de Carnelutti.....	95
3.1.2	Critérios de determinação da competência de Chiovenda.....	95
3.1.2.1	Critério objetivo .....	96
3.1.2.2	Critério territorial .....	96
3.1.2.3	Critério funcional.....	96
3.2	Critérios de competência do Código de Processo Civil.....	96
3.2.1	Critério objetivo .....	96
3.2.1.1	Competência pela matéria .....	96
3.2.1.2	Competência pelo valor .....	97
3.2.1.3	Competência pela qualidade da pessoa.....	98
3.3	Competência territorial .....	99
3.3.1	Foro geral e foros supletivos e especiais .....	99
3.3.1.1	Foro geral .....	99
3.3.1.2	Foros supletivos do geral.....	99
3.3.1.3	Foros especiais .....	100
3.3.2	Critério da situação da coisa.....	100
3.3.3	Critério da condição da pessoa .....	100
3.3.4	Critério do lugar do ato ou fato.....	101
3.4	Critério funcional.....	101
4	Prorrogação de competência: conexão e prevenção .....	102
4.1	Competência absoluta.....	102
4.2	Competência relativa .....	102
4.3	Prorrogação de competência .....	103
4.3.1	Prorrogação legal e prorrogação voluntária .....	103
4.3.2	Conexão de causas: doutrina de Pescatore .....	103
4.3.2.1	Elementos da ação.....	103
4.3.2.2	Conexão nos processos civil e penal.....	103
4.3.3	Continência de causas .....	104
4.3.3.1	Continência no processo penal .....	104
4.3.4	Conexão e continência no processo trabalhista.....	105
4.4	Prorrogação de competência .....	105
4.4.1	Competência no processo penal .....	105
4.5	Prevenção de competência.....	105
5	Perpetuação da jurisdição .....	106
5.1	Perpetuação da jurisdição ou da competência .....	106
5.1.1	Momento de perpetuação da competência.....	106
5.1.2	Perpetuação da jurisdição no processo penal .....	106
	Bibliografia.....	107

<b>CAPÍTULO 6 – PROBLEMÁTICA DA AÇÃO</b> .....	109
1 Evolução do conceito de ação .....	109
1.1 Evolução da ação no direito romano .....	109
1.1.1 Sistema das ações da lei.....	110
1.1.2 Sistema formulário.....	110
1.1.2.1 Composição da fórmula.....	111
1.1.3 Sistema da <i>cognitio</i> extraordinária .....	111
1.2 Codificação de Justiniano e a definição de ação de Celso e Ulpiano .....	112
1.2.1 Teoria imanentistas da ação.....	112
1.3 Polêmica Windscheid <i>versus</i> Muther.....	112
2 Teorias sobre a ação.....	116
2.1 Ação como direito a uma sentença justa .....	116
2.2 Ação como emanção da personalidade .....	117
2.3 Ação como direito de ser ouvido em juízo.....	117
2.4 Ação como pretensão de tutela jurídica .....	118
2.5 Ação como direito potestativo.....	119
2.6 Ação como direito processual das partes .....	120
2.7 Ação como direito de petição .....	122
2.8 Ação como direito cívico .....	122
2.9 Ação como direito à jurisdição.....	123
3 Relatividade do conceito de ação.....	124
4 Condições da ação civil.....	126
4.1 Interesse de agir .....	126
4.2 Legitimação das partes.....	127
4.3 Crítica à concepção original de Liebman sobre a ação .....	127
5 Condições da ação penal .....	128
6 Defesa contra a ação. Questões sobre o exercício da ação .....	128
6.1 Conceito de “questão” .....	128
6.2 Classificação das questões na teoria de Hélio Tornaghi.....	129
7 Classificação das ações.....	130
7.1 Classificação da ação civil .....	130
7.2 Classificação da ação trabalhista .....	133
7.3 Classificação da ação penal.....	134
8 Elementos da ação .....	135
8.1 Teorias sobre a causa de pedir: individuação e substanciação .....	135
Bibliografia .....	136
 <b>CAPÍTULO 7 – PROBLEMÁTICA DO PROCESSO</b> .....	 139
1 Valores e normas fundamentais.....	139
1.1 Ordenação do processo civil.....	139
1.2 Direito constitucional processual e direito processual constitucional ...	140
2 Principais teorias sobre a natureza do processo .....	140
3 Processo como contrato.....	141

4	Processo como quase contrato.....	142
5	Processo como instituição.....	143
6	Processo como situação jurídica.....	145
6.1	Feição estática e dinâmica do direito.....	147
6.1.1	Expectativa de sentença favorável.....	147
6.1.2	Perspectiva de sentença desfavorável.....	147
6.1.3	Situação de possibilidade.....	147
6.1.4	Situação de encargo ou de ônus.....	148
6.1.5	Situação de dispensa de encargo.....	148
6.1.6	Crítica de Calamandrei à teoria da situação jurídica.....	148
6.1.7	Mérito da teoria de Goldschmidt: conceito de ônus processual.....	149
7	Processo como relação jurídica.....	149
7.1	Sistematização da relação jurídica processual.....	149
8	Relação jurídica processual: características.....	152
9	Caracterização da relação processual.....	154
9.1	Teoria linear da relação processual.....	154
9.2	Teoria angular da relação processual.....	155
9.3	Teoria triangular da relação processual.....	155
10	Pressupostos processuais: pressupostos de existência e pressupostos de validade.....	156
10.1	Pressupostos processuais.....	157
10.1.1	Pressupostos de existência da relação processual.....	157
10.1.1.1	Pressupostos subjetivos de existência do processo...	157
10.1.1.2	Pressuposto objetivo de existência do processo...	158
10.2	Pressupostos de validade da relação processual.....	158
10.2.1	Pressupostos de validade subjetivos do processo.....	158
10.2.1.1	Pressupostos de validade em relação às partes.....	158
10.2.1.2	Pressupostos de validade em relação ao juiz.....	160
10.2.2	Pressupostos de validade objetivos do processo.....	161
11	Defesa contra o processo.....	162
11.1	Questões sobre o processo.....	162
11.2	Conceito de exceção como sinônimo de defesa.....	162
11.2.1	Alegações contra o processo.....	162
11.2.2	Modalidades de defesa no processo civil.....	163
11.2.3	Modalidades de defesa no processo penal.....	163
11.2.4	Tratamento das questões no Código de Processo Civil.....	163
11.2.5	Questão processual e objeção processual.....	164
11.2.6	Modos de alegação das questões processuais.....	164
11.2.7	Exceção e objeção no direito positivo civil e penal.....	165
11.2.8	Exceções na Consolidação das Leis do Trabalho.....	165
	Bibliografia.....	165

<b>CAPÍTULO 8 – CONTEÚDO OBJETIVO DO PROCESSO</b> .....	167
1 Problemática do mérito .....	167
1.1 Mérito na doutrina tradicional .....	167
2 Mérito e lide .....	167
2.1 Mérito na doutrina de Carnelutti .....	167
2.2 Mérito na doutrina de Liebman .....	168
2.3 Lide total e lide parcial .....	168
2.4 Configuração do pedido na doutrina de Liebman .....	168
2.5 Julgamento parcial do mérito .....	169
3 Mérito em matéria penal .....	170
3.1 Conceito de mérito em matéria penal .....	170
4 Defesa contra o mérito .....	170
4.1 Defesa direta contra o mérito .....	170
4.2 Defesa indireta contra o mérito .....	171
4.3 Conceito substancial de exceção .....	171
5 Pontos prejudiciais e questões prejudiciais .....	172
5.1 Conceito de questão prejudicial .....	172
5.2 Visão pragmática das questões prejudiciais .....	172
5.3 Características das questões prejudiciais .....	173
5.4 Categorias de questões prejudiciais .....	174
6 Questões preliminares e questões prejudiciais .....	175
6.1 Ponto comum entre questões preliminares e prejudiciais .....	175
6.2 Diferenças entre questões preliminares e prejudiciais .....	175
6.3 Questões prejudiciais e coisa julgada .....	176
Bibliografia .....	176
 <b>CAPÍTULO 9 – COMPOSIÇÃO SUBJETIVA DO PROCESSO</b> .....	 177
1 Sujeitos processuais .....	177
1.1 Sujeitos principais do processo .....	177
1.2 Sujeitos secundários do processo .....	178
1.3 Sujeitos <i>sui generis</i> do processo .....	178
2 Partes: generalidades, conceito; princípios informativos .....	178
2.1 Sujeitos parciais do processo .....	178
2.2 Configuração da relação processual: simples e litisconsorcial .....	179
2.3 Sujeitos da relação processual e da relação material .....	179
2.4 Conceito civilista de parte .....	179
2.5 Concepção moderna de parte .....	180
2.6 Denominação das partes no processo .....	181
2.7 Princípios informativos das partes .....	181

3	Pluralidade de partes, ativa e passiva. Litisconsórcio .....	182
3.1	Conceito de litisconsórcio .....	182
3.2	Classificação do litisconsórcio .....	182
3.2.1	Litisconsórcio ativo, passivo e misto.....	182
3.2.2	Litisconsórcio inicial e ulterior.....	183
3.2.3	Litisconsórcio necessário e facultativo .....	183
3.2.4	Litisconsórcio unitário e não unitário.....	185
4	Intervenção de terceiros.....	186
4.1	Conceito de terceiro .....	186
4.1.1	Intervenção de terceiros no processo .....	186
4.1.2	Espécies de intervenção de terceiros .....	186
4.1.3	Espécies de assistência .....	187
4.1.3.1	Assistência simples.....	187
4.1.3.2	Assistência litisconsorcial.....	188
4.1.4	Conceito de interesse jurídico .....	188
4.1.5	Interesse de fato ou econômico .....	188
4.1.6	Diferença entre assistência simples e litisconsorcial.....	189
4.1.6.1	Natureza jurídica do assistente litisconsorcial.....	189
4.1.7	Denúnciação da lide .....	190
4.1.8	Chamamento ao processo.....	190
4.1.9	Desconsideração da personalidade jurídica .....	190
4.1.10	<i>Amicus curiae</i> .....	190
5	Substituição processual e legitimação extraordinária.....	191
6	Diferenças entre representação, substituição e sucessão processual.....	192
6.1	Representação processual.....	192
6.2	Substituição processual.....	192
6.3	Sucessão processual.....	192
7	Limites de incidência da autonomia da vontade: o poder dispositivo .....	193
7.1	Poder dispositivo da parte no processo civil.....	193
7.2	Poder dispositivo no processo trabalhista.....	194
7.3	Poder dispositivo no processo penal.....	194
	Bibliografia .....	196

## CAPÍTULO 10 – MORFOLOGIA DO PROCESSO .....

1	Distinção entre processo e procedimento .....	197
1.1	Conceito de processo na ciência do direito.....	197
1.2	Conceito de procedimento .....	198
1.3	Classificação dos procedimentos.....	199
1.3.1	Procedimentos cíveis .....	199
1.3.2	Procedimentos penais.....	199
1.3.3	Procedimentos trabalhistas.....	200

2	Princípios processuais.....	200
2.1	Conceito de princípio .....	200
3	Princípios informativos do processo.....	201
3.1	Princípio lógico.....	201
3.2	Princípio jurídico .....	201
3.3	Princípio político.....	201
3.4	Princípio econômico .....	201
4	Princípios fundamentais do processo .....	201
4.1	Princípio da iniciativa da parte.....	201
4.2	Princípio do impulso oficial.....	202
4.3	Princípio do contraditório .....	203
4.3.1	Contraditório substancial .....	203
4.4	Princípio inquisitório ou inquisitivo.....	204
4.5	Princípio dispositivo .....	204
4.6	Princípio da lealdade processual .....	205
4.7	Princípio da publicidade.....	205
4.8	Princípio da preclusão .....	206
4.9	Princípio da eventualidade.....	206
4.10	Outros princípios processuais.....	206
4.10.1	Princípio da inafastabilidade .....	206
4.10.2	Princípio da duração razoável do processo .....	207
4.10.3	Princípio da boa-fé objetiva.....	208
4.10.4	Princípio da cooperação.....	209
4.10.5	Princípio da paridade de tratamento.....	210
4.10.6	Fins sociais da lei e exigências do bem comum .....	211
4.10.7	Princípio da proibição de decisão-surpresa.....	213
4.10.8	Princípio da fundamentação .....	214
4.10.9	Princípio da publicidade .....	214
5	Princípios procedimentais.....	215
5.1	Procedimento oral.....	215
5.2	Princípios informativos do procedimento oral .....	215
5.2.1	Princípio da imediação.....	215
5.2.2	Princípio da identidade física do juiz .....	216
5.2.3	Princípio da concentração .....	216
5.2.4	Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias .....	217
6	Tipologia do processo .....	218
6.1	Classificação do processo.....	218
6.1.1	Processo de conhecimento.....	218
6.1.1.1	Processo de conhecimento declaratório.....	218
6.1.1.2	Processo de conhecimento constitutivo.....	218
6.1.1.3	Processo de conhecimento condenatório .....	219
6.1.2	Processo de execução.....	219

6.2	Processo individual .....	220
6.3	Processo coletivo .....	220
6.3.1	Direito subjetivo e interesse legítimo .....	220
6.4	Processo social .....	221
6.5	Processos penal, trabalhista e civil .....	222
6.6	Processo penal acusatório, inquisitório e misto .....	222
	Bibliografia .....	223

## **CAPÍTULO 11 – DISCIPLINA NORMATIVA DO PROCESSO..... 225**

1	Norma jurídica.....	225
1.1	Leis substantivas e leis adjetivas .....	225
1.2	Normas materiais e normas processuais .....	225
1.2.1	Normas materiais .....	226
1.2.2	Normas processuais .....	226
1.2.2.1	Divisão das normas processuais.....	226
2	Fontes do direito processual.....	227
3	Interpretação e integração da norma processual.....	228
3.1	Interpretação do ponto de vista objetivo.....	229
3.1.1	Interpretação gramatical ou literal.....	229
3.1.2	Interpretação lógica ou teleológica .....	229
3.1.3	Interpretação sistemática .....	229
3.1.4	Interpretação histórica.....	229
3.2	Interpretação do ponto de vista subjetivo .....	229
3.2.1	Interpretação autêntica.....	229
3.2.2	Interpretação doutrinária.....	229
3.2.3	Interpretação judicial.....	229
3.3	Interpretação do ponto de vista dos resultados.....	230
3.3.1	Interpretação extensiva.....	230
3.3.2	Interpretação restritiva .....	230
3.4	Outras formas de interpretação.....	230
3.5	Integração da norma processual.....	230
3.5.1	Analogia .....	231
3.5.2	Costumes.....	231
3.5.3	Princípios gerais de direito .....	231
3.5.4	Equidade.....	232
4	Limitações espaciais e temporais na aplicação da norma processual.....	232
4.1	Princípio da territorialidade .....	232
4.2	Conflito temporal de leis processuais .....	232
4.2.1	Disposições finais e transitórias do Código de Processo Civil....	233
4.3	Sistemas de solução dos conflitos de normas processuais .....	233
4.3.1	Sistema da unidade processual.....	233
4.3.2	Sistema das fases processuais.....	233
4.3.3	Sistema do isolamento dos atos processuais.....	234



4.4	Ultratividade das leis processuais.....	234
5	Aplicação das normas processuais .....	234
5.1	Leis processuais nacionais e estrangeiras .....	234
5.2	Projeto de normas transnacionais.....	234
5.3	Ausência de normas nos demais processos.....	234
	Bibliografia .....	235
<b>CAPÍTULO 12 - DINÂMICA DO PROCESSO .....</b>		<b>237</b>
1	Dinamicidade do processo.....	237
1.1	Fases ou momentos do processo .....	237
1.2	Impulso processual.....	237
1.2.1	Autodinâmica e heterodinâmica.....	238
2	Fatos, atos e negócios jurídicos processuais.....	238
2.1	Fato e fatos jurídicos .....	238
2.1.1	Fato jurídico processual e sua classificação .....	239
2.1.1.1	Fato juridicamente irrelevante.....	239
2.1.1.2	Fato jurídico <i>lato sensu</i> e ato jurídico.....	239
2.1.1.3	Ato jurídico <i>stricto sensu</i> .....	239
2.1.1.4	Negócio jurídico processual .....	240
2.2	Caracterização do ato processual.....	240
3	Princípios informativos dos atos processuais .....	241
3.1	Princípio da legalidade .....	241
3.2	Princípio da publicidade.....	241
3.3	Princípio da instrumentalidade.....	241
3.4	Princípio da sanabilidade .....	241
4	Tempo dos atos processuais. Prazos e caducidades .....	242
4.1	Conceito de prazo.....	242
4.2	Prazo e termo .....	242
4.3	Classificação dos prazos .....	242
4.3.1	Prazo dilatatório e prazo peremptório.....	242
4.3.2	Prazo legal, judicial e convencional.....	243
4.3.3	Prazo comum, especial e individual .....	243
4.3.4	Prazo próprio e prazo impróprio .....	243
5	Revelia e preclusão .....	244
5.1	Revelia no processo.....	244
5.1.1	Efeitos da revelia no processo.....	244
5.2	Preclusão de prazos.....	244
5.2.1	Espécies de preclusão.....	245
5.2.1.1	Preclusão temporal .....	245
5.2.1.2	Preclusão lógica.....	245
5.2.1.3	Preclusão consumativa .....	245

6	Perfeição e eficácia do ato processual: teoria das nulidades .....	245
6.1	Irregularidade do ato processual .....	245
6.2	Nulidade processual e sistemas de nulidades .....	246
6.2.1	Qualquer defeito acarreta nulidade .....	246
6.2.2	Nulidade resulta de declaração da lei .....	246
6.2.3	Nulidade varia conforme a gravidade do vício .....	246
6.3	Princípios informativos das nulidades .....	247
6.3.1	Princípio da causalidade .....	247
6.3.2	Princípio da instrumentalidade das formas .....	247
6.3.3	Princípio do interesse .....	247
6.3.4	Princípio da economia processual .....	247
6.4	Ato processual inexistente.....	248
7	Ordem cronológica na prática de atos processuais.....	248
8	Calendário para a prática de atos processuais .....	249
	Bibliografia .....	249
<b>CAPÍTULO 13 – PROVA.....</b>		<b>251</b>
1	Prova.....	251
1.1	Origem e significado vulgar de prova.....	251
1.2	Conceito lógico e jurídico de prova .....	251
1.3	Conceito de prova na doutrina.....	251
1.4	Sentidos objetivo e subjetivo da prova.....	251
1.5	Conceito de prova judiciária.....	252
2	Objeto, função e destinatário da prova .....	252
2.1	Objeto da prova judiciária.....	252
2.2	Função da prova judiciária.....	252
2.3	Destinatários da prova judiciária .....	252
3	Classificação das provas.....	252
3.1	Prova pessoal.....	253
3.2	Prova real.....	253
3.3	Prova direta .....	253
3.4	Prova indireta.....	253
3.5	Prova testemunhal.....	253
3.6	Prova documental .....	253
3.7	Prova material.....	253
3.8	Prova casual.....	254
3.9	Prova preconstituída .....	254
4	Meios probatórios: pressupostos e limitações.....	254
4.1	Fixação dos fatos no processo.....	255
4.1.1	Prova no processo penal.....	255
4.1.2	Prova no processo civil.....	255

5	Natureza do direito probatório .....	256
5.1	Natureza jurídica da prova .....	256
6	Distribuição do ônus probatório: significado .....	257
6.1	Conceito de ônus probatório .....	257
6.2	Distribuição estática da prova.....	257
6.3	Ônus da prova na doutrina .....	257
7	Crítérios formais de distribuição do ônus probatório .....	257
7.1	Crítério de Carnelutti.....	258
7.2	Crítério de Chiovenda .....	258
7.3	Crítério de Betti.....	258
7.4	Problemática do ônus probatório.....	258
8	Crítério material de distribuição do ônus probatório.....	259
8.1	Repartição do ônus da prova .....	259
8.1.1	Fato constitutivo do direito.....	259
8.1.2	Fato impeditivo do direito .....	260
8.1.3	Fato modificativo do direito .....	260
8.1.4	Fato extintivo do direito .....	260
9	Dinamização e inversão do ônus da prova.....	260
9.1	Distribuição dinâmica da prova .....	260
9.1.1	Dinamização do ônus da prova.....	260
9.1.2	Momento de inversão do ônus da prova.....	261
10	Fatos como objeto da prova.....	262
10.1	Fatos que carecem de prova .....	262
10.1.1	Prova de fatos controvertidos .....	262
10.1.2	Prova de fatos relevantes .....	262
10.1.3	Prova de fatos determinados .....	262
10.2	Fatos que não carecem de prova.....	262
10.2.1	Fatos incontroversos .....	262
10.2.2	Fatos evidentes.....	263
10.2.3	Fatos impertinentes.....	263
10.2.4	Fatos irrelevantes ou inconcludentes.....	263
10.2.5	Fatos impossíveis.....	263
10.2.6	Fatos indeterminados .....	264
10.2.7	Fatos notórios .....	264
10.2.8	Fatos possíveis com prova impossível .....	264
10.2.8.1	Natureza da impossibilidade da prova .....	264
11	Prova de fatos negativos.....	265
11.1	Problemática da prova de fato negativo.....	265
12	Prova do direito .....	266
13	Motivos de prova, meios de prova e procedimento probatório.....	266
13.1	Motivos de prova .....	266
13.2	Meios de prova.....	266

13.3	Procedimento probatório .....	266
13.4	Eficácia objetiva e atendibilidade da prova .....	266
14	Alcance do procedimento probatório. Princípios probatórios.....	267
14.1	Fases ou momentos do procedimento probatório .....	267
14.1.1	Proposição da prova.....	267
14.1.2	Admissão da prova.....	267
14.1.3	Produção da prova .....	267
14.2	Princípios informativos da oralidade.....	268
14.2.1	Princípio da identidade física do juiz .....	268
14.2.2	Princípio da concentração da prova .....	268
14.2.3	Princípio da imediação.....	268
14.2.4	Outros princípios probatórios.....	269
14.2.4.1	Princípio da unidade da prova .....	269
14.2.4.2	Princípio da vedação da prova ilícita.....	269
14.2.4.3	Princípio da comunhão da prova.....	269
14.2.4.4	Princípio do <i>in dubio pro reo</i> .....	269
14.2.4.5	Princípio da persuasão racional .....	269
15	Produção antecipada da prova.....	270
15.1	Ata notarial.....	270
16	Sistemas de valoração das provas .....	270
16.1	Sistemas de avaliação das provas.....	271
16.1.1	Sistema positivo ou legal .....	271
16.1.2	Sistema da íntima convicção.....	271
16.1.3	Sistema da persuasão racional.....	272
17	Verdade no processo: verdade formal e verdade material .....	272
17.1	Princípio da verdade formal .....	272
17.2	Princípio da verdade material.....	273
	Bibliografia.....	273

## CAPÍTULO 14 – SENTENÇA..... 275

1	Introdução ao estudo da sentença: atos ordinatórios e atos decisórios.....	275
1.1	Atos processuais do juiz.....	275
1.1.1	Classificação dos atos do juiz .....	275
1.1.1.1	Despachos ordenatórios.....	275
1.1.1.2	Despachos interlocutórios .....	276
1.1.1.3	Decisões terminativas.....	276
1.1.1.4	Decisões definitivas .....	276
1.2	Atos processuais do juiz no processo civil .....	276
1.2.1	Sentença.....	276
1.2.2	Decisão interlocutória .....	276
1.2.3	Despachos .....	277
1.3	Atos do juiz nos processos penal e trabalhista .....	277

2	Conceito de sentença .....	277
2.1	Sentença no processo romano .....	277
2.2	Sentença no processo medieval .....	277
2.3	Derivação etimológica do vocábulo “sentença” .....	277
2.4	Sentença na doutrina .....	277
3	Gênese lógica da sentença .....	278
3.1	Construção silogística da sentença .....	278
3.2	Conceito de subsunção .....	278
3.3	Sentença contém vários silogismos .....	278
3.4	Conceito de sentença para Couture .....	278
4	Natureza da atividade judicial na emissão da sentença .....	279
4.1	Sentença como ato de inteligência do juiz .....	279
4.2	Sentença como ato de inteligência e vontade .....	279
4.3	Elemento essencial e característico da sentença .....	279
4.4	Resposta de Alfredo Rocco às críticas à sua teoria .....	280
4.5	Sentença na concepção de Chiovenda .....	280
4.6	Sentença na concepção de Lopes da Costa .....	280
5	Função da sentença .....	280
5.1	Sentença como ato de criação do direito objetivo .....	281
5.1.1	Teoria de Bülow .....	281
5.1.2	Teoria de Carnelutti .....	281
5.2	Sentença como ato de criação do direito subjetivo .....	281
5.3	Doutrina sobre a função declaratória da sentença .....	281
5.3.1	Lacunas na lei e integração das normas jurídicas .....	282
6	Sentença como ato processual e como fato processual. Efeitos da sentença ...	282
6.1	Sentença como ato jurídico processual .....	282
6.1.1	Publicação da sentença no processo civil .....	283
6.1.2	Publicação da sentença no processo trabalhista .....	283
6.1.3	Publicação da sentença no processo penal .....	283
6.2	Efeitos principais da sentença como ato processual .....	283
6.3	Efeitos secundários da sentença como fato processual .....	283
7	Classificação da sentença .....	283
7.1	Sentença declaratória .....	284
7.2	Sentença constitutiva .....	284
7.3	Sentença condenatória .....	284
7.4	Sentenças sujeitas a cumprimento forçado .....	285
8	Requisitos ou elementos essenciais da sentença .....	285
8.1	Componentes essenciais da sentença .....	285
8.1.1	Relatório .....	285
8.1.2	Fundamentos da sentença .....	285
8.1.2.1	Necessidade de fundamentação .....	286

8.2	Parte dispositiva da sentença .....	286
8.2.1	Dispositivo direto e dispositivo indireto .....	286
9	Efeitos da sentença na interferência das jurisdições .....	287
9.1	Prevalência da jurisdição penal sobre a civil .....	287
9.2	Quando a sentença penal não se projeta no cível .....	288
9.3	Fixação de danos civis pela sentença penal.....	288
9.4	Sentença penal e coisa julgada no cível .....	288
9.5	Decisão no juízo criminal e processo trabalhista.....	289
	Bibliografia .....	290
<b>CAPÍTULO 15 – RECURSO .....</b>		<b>291</b>
1	Recurso .....	291
1.1	Derivação etimológica da palavra “recurso”.....	291
1.2	Sentido técnico-processual do termo “recurso” .....	291
1.3	Notas características do recurso .....	291
1.4	Conceito de recurso na doutrina.....	291
2	Duplo grau de jurisdição .....	292
2.1	Recurso e dualidade de instâncias.....	292
3	Natureza jurídica do recurso.....	292
3.1	Concepção do recurso como ação .....	292
3.2	Concepção do recurso como direito distinto da ação .....	293
4	Pressupostos recursais.....	294
4.1	Pressupostos recursais objetivos.....	294
4.1.1	Recorribilidade da decisão .....	294
4.1.2	Tempestividade do recurso .....	294
4.1.3	Singularidade do recurso .....	294
4.1.4	Adequação do recurso .....	295
4.1.5	Observância da forma legal .....	295
4.1.6	Motivação do recurso .....	295
4.1.7	Preparo do recurso.....	295
4.2	Pressupostos subjetivos do recurso.....	296
4.2.1	Legitimação para recorrer.....	296
4.2.2	Interesse jurídico em recorrer .....	296
5	Sucumbência .....	296
5.1	Conceito de sucumbente .....	296
5.1.1	Sucumbência como gravame para a parte .....	297
5.1.2	Sucumbência em função do pedido .....	297
5.2	Classificação da sucumbência .....	298
5.2.1	Sucumbência única e múltipla .....	298
5.2.2	Sucumbência direta e reflexa.....	298
5.2.3	Sucumbência total e parcial.....	299

6	Fundamento do recurso.....	299
6.1	Erro de procedimento.....	299
6.2	Erro de julgamento.....	300
7	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	300
7.1	Tribunal conhece ou não conhece do recurso.....	300
7.2	Tribunal dá ou nega provimento ao recurso.....	300
8	Efeitos do recurso .....	301
8.1	Efeito suspensivo do recurso.....	301
8.2	Efeito devolutivo do recurso .....	301
8.3	Efeito extensivo .....	301
8.4	Efeito retratativo do recurso .....	301
9	Modos de impugnação das decisões .....	301
9.1	Impugnação por meio de recurso e por ação autônoma.....	302
9.2	Principal reflexo da interposição do recurso.....	302
9.2.1	Reiteração e iteração da relação processual.....	302
10	Classificação dos recursos .....	302
10.1	Classificação quanto à natureza.....	302
10.2	Classificação quanto à iniciativa recursal.....	303
10.3	Classificação quanto à extensão do recurso.....	303
10.4	Classificação quanto à autonomia do recurso .....	304
10.5	Classificação quanto ao poder de retratação do juiz .....	304
10.6	Classificação quanto ao fundamento recursal.....	304
11	Tipologia recursal.....	305
11.1	Teoria do recurso indiferente.....	305
11.2	Modalidades de recurso no processo civil .....	306
11.2.1	Mandado de segurança como sucedâneo recursal .....	306
11.2.2	Medidas de quase recurso .....	306
11.3	Modalidades de recurso no processo penal.....	306
11.4	Modalidades de recurso no processo trabalhista.....	307
12	Incidentes recursais.....	309
12.1	Assunção de competência .....	309
12.2	Arguição de inconstitucionalidade .....	309
12.3	Resolução de demandas repetitivas.....	309
12.4	Reclamação.....	309
12.5	Recursos extraordinário e especial repetitivos .....	309
13	Proibição de <i>reformatio in peius</i> .....	310
	Bibliografia .....	310
	<b>CAPÍTULO 16 – COISA JULGADA.....</b>	<b>311</b>
1	Natureza jurídica da sentença recorrível.....	311
1.1	Ato jurídico sujeito a condição suspensiva .....	311

1.2	Ato jurídico sujeito a condição resolutiva .....	311
1.3	Mera situação jurídica ou simples ato do magistrado .....	312
1.4	Ato jurisdicional por excelência .....	313
1.5	Ato imperativo do Estado-juiz.....	313
1.6	Ato jurídico sujeito a revogação .....	313
1.7	Ato jurídico sujeito a condição suspensiva ou resolutiva.....	313
2	Escorço histórico da coisa julgada.....	314
2.1	Coisa julgada no processo romano .....	314
2.2	Coisa julgada no processo medieval .....	314
2.3	Novos contornos dados à coisa julgada por Liebman .....	314
3	Coisa julgada: coisa julgada <i>formal</i> e coisa julgada <i>material</i> .....	314
3.1	Coisa julgada formal .....	315
3.2	Coisa julgada material .....	315
4	Justificação da coisa julgada.....	315
4.1	Fundamento político da coisa julgada .....	316
4.2	Fundamento jurídico da coisa julgada.....	316
4.2.1	Principais teorias sobre o fundamento jurídico da coisa julgada .....	316
4.2.1.1	Teoria da presunção de verdade.....	316
4.2.1.2	Teoria da ficção da verdade .....	316
4.2.1.3	Teoria da força legal substancial da sentença .....	317
4.2.1.4	Teoria da eficácia da declaração .....	317
4.2.1.5	Teoria da vontade do Estado .....	317
4.2.1.6	Teoria da extinção da obrigação jurisdicional do Estado .....	318
4.2.1.7	Teoria da sentença como lei especial.....	319
4.2.1.8	Teoria da qualificação dos efeitos da sentença.....	319
4.2.1.8.1	Eficácia natural da sentença .....	320
4.2.1.8.2	Autoridade de coisa julgada.....	321
5	Limites objetivos da coisa julgada .....	322
5.1	Coisa julgada no processo civil.....	322
5.1.1	Coisa julgada e questões prejudiciais .....	322
5.2	Relação entre o dispositivo e os fundamentos da sentença .....	323
6	Limites subjetivos da coisa julgada .....	323
6.1	Coisa julgada em relação às partes na demanda .....	324
6.2	Teorias sobre a extensão da coisa julgada a terceiros .....	324
6.2.1	Teoria da identidade objetiva da relação jurídica .....	324
6.2.2	Teoria da representação.....	324
6.2.3	Teoria da identidade da posição jurídica .....	325
6.2.4	Teoria da subordinação da posição jurídica .....	325
6.2.5	Teoria dos efeitos reflexos da coisa julgada .....	326
6.2.5.1	Categorias de terceiros em relação ao processo ....	326



7	Teoria da eficácia natural da sentença .....	327
7.1	Distinção entre eficácia natural da sentença e coisa julgada .....	327
7.1.1	Princípios básicos da teoria de Liebman.....	327
8	Projeção da coisa julgada penal na esfera cível e vice-versa .....	328
8.1	Prevalência da jurisdição penal sobre a cível.....	328
8.1.1	Teoria da unidade da jurisdição .....	328
8.1.2	Teoria da ficção da representação .....	328
8.1.3	Teoria da predominância do princípio inquisitório no processo penal.....	328
8.1.4	Necessidade de evitar julgados contraditórios .....	328
	Bibliografia .....	329

## **CAPÍTULO 17 – EXECUÇÃO**..... 331

1	Execução e processo.....	331
1.1	Autonomia do processo de execução.....	331
2	Pressupostos processuais na execução.....	332
2.1	Pressupostos genéricos e específico do processo de execução .....	332
2.2	Competência no processo de execução .....	333
2.3	Objeto do processo de execução.....	333
2.3.1	Lide de pretensão insatisfeita.....	333
2.4	Condições da ação de execução.....	333
3	Defesa na execução.....	333
3.1	Natureza jurídica dos embargos à execução .....	334
4	Execução e jurisdição.....	334
4.1	Caráter substitutivo da execução.....	334
4.2	Natureza da execução penal.....	334
5	Exceção (ou alegação) de pré-executividade .....	335
5.1	Construção doutrinária do instituto.....	335
5.2	Problemática da exceção de pré-executividade .....	336
6	Cumprimento de sentença .....	336
6.1	Cumprimento de sentença penal, arbitral e estrangeira.....	336
6.2	Cumprimento parcial da sentença: parte líquida e ilíquida.....	337
	Bibliografia .....	337

## **BIBLIOGRAFIA GERAL**..... 339